



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



A terra e o território nos discursos do Bem Viver: aproximações ao campo dos estudos urbanos

Janaina Marx

Universidad Central del Ecuador
Universidade de São Paulo

Sessão Temática 13: Identidade e territórios: adaptação e resiliência

Resumo. O Bem Viver é uma ideia inspirada na cosmovisão dos povos andinos que se popularizou no meio político e acadêmico, principalmente após sua inclusão nas constituições do Equador e da Bolívia. O Bem Viver é uma construção política, que sugere outras noções de desenvolvimento baseados em uma perspectiva humanista e ecológica. A falta de consensos sobre esse novo modelo de desenvolvimento coloca o Bem Viver em uma posição de disputa, em um cenário onde se apresentam diferentes perspectivas sobre o tema. Neste sentido, os temas associados - ou não- ao Bem viver sinalizam esse campo de disputa, como é o caso do território. Embora, o desenvolvimento possua uma implicação territorial, este tema não tem sido o centro dos debates recentes sobre o Bem Viver. No entanto, é possível identificar algumas ideias sobre o território presentes em alguns discursos sobre o Bem Viver, onde encontramos diferentes abordagens sobre o tema. Considerando os pontos mencionados, este trabalho busca demonstrar o vazio na literatura contemporânea sobre o Bem Viver em relação ao tema território, bem como sinalizar a necessidade de aproximar o Bem Viver ao campo dos estudos urbanos, reconhecendo a importância do território para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento.

Palavras-chave. Bem Viver; Sumak Kawsay; terra; territorio; movimento indígena.

The land and the territory in the discourses of Good Living: approaches to the field of urban studies

Abstract. The Good Living is an idea inspired by the cosmovision of the Andean peoples that became popular in political and academic circles, mainly after its inclusion in the constitutions of Ecuador and Bolivia. The Good Living is a political construction, which suggests another notions of development based on a humanistic and ecological perspective. The lack of agreement on this new development model places the Good Living in a position of dispute, in a scenario where different perspectives on the subject are presented. In this sense, the issues associated -or not- to Good Living point to this field of dispute, as is the case of the territory. Although, development has a territorial implication, this issue has not been the focus of recent debates on Good Living. However, it is possible to identify some ideas about the territory present in some discourses on Good Living, where we find different approaches to the subject. Considering the points indicated, this work seeks to highlight the gap in the contemporary literature on Good Living in relation to the topic of territory, as well as to point out the need to bring Good Living closer to the field of urban studies, recognizing the importance of territory for construction of a new development paradigm.

Keywords: Good living; Sumak kawsay; land; territory; indigenous movement.

La tierra y el territorio em los discursos del Buen Vivir: aproximaciones al campo de los estudios urbanos

Resumen. El Buen Vivir es una idea inspirada en la cosmovisión de los pueblos andinos que se popularizó en los círculos políticos y académicos, principalmente a partir de su inclusión en las constituciones de Ecuador y Bolivia. El Buen Vivir es una construcción política, que sugiere otras nociones de desarrollo basadas en una perspectiva humanista y ecológica. La falta de consenso sobre este nuevo modelo de desarrollo coloca al Buen Vivir en una posición de disputa, en un escenario donde se presentan distintas miradas sobre el tema. En ese sentido, los temas

asociados - o no - al Buen Vivir señalan este campo de disputa, como es el caso del territorio. Aunque el desarrollo tiene una implicación territorial, este tema no ha sido el centro de los debates recientes sobre el Buen Vivir. Sin embargo, es posible identificar algunas ideas sobre el territorio presentes en algunos discursos sobre el Buen Vivir, donde encontramos diferentes abordajes del tema. Considerando los puntos señalados, este trabajo busca evidenciar el vacío en la literatura contemporánea sobre el Buen Vivir en relación al tema territorio, así como señalar la necesidad de acercar el Buen Vivir al campo de los estudios urbanos, reconociendo la importancia del territorio para la construcción de un nuevo paradigma de desarrollo.

Palabras clave: Buen Vivir; Sumak Kawsay; tierra; territorio; movimiento indígena.

1. Introdução

O Bem Viver é um paradigma que tem sido amplamente difundido nos últimos anos trazendo importantes contribuições para o debate sobre o desenvolvimento na América Latina. A inclusão do Bem Viver nas cartas magnas do Equador e Bolívia, aprovadas em 2008 e 2009, respectivamente, possibilitaram que essa ideia inspirada na cosmovisão dos povos indígenas andino-amazônicos se disseminasse entre intelectuais nacionais e estrangeiros, movimentos sociais e instituições. A partir de uma perspectiva de descolonizadora, o Bem Viver sinaliza a busca por alternativas ao modelo de desenvolvimento baseado em visões humanísticas e ecológicas.

Não existem consensos sobre a definição do Bem Viver. Podemos encontrar diferentes visões entre elas, a ideia do Bem Viver como uma “tradição inventada”, difundida por intelectuais que construíram uma ideia de alternativa ao desenvolvimento a partir de uma versão idealizada da cosmovisão e dos valores das culturas andinas (VIOLA, 2014); como uma “palavra usurpada” dos povos ancestrais pelo governo (PLAN V, 2014); como “uma oportunidade por construir” novos mundos e alternativas (ACOSTA, 2008); ou como um “fenômeno social”, relacionada a uma forma de vida comunitária em harmonia com a natureza e com outras formas de vida, visibilizada por intelectuais indígenas amazônicos (CUBILLO-GUEVARA; HIDALGO-CAPITÁN, 2015).

No Equador, o Bem Viver é associado à tradução direta do termo kichwa Sumak Kawsay, cuja tradução literária significa vida boa, vida plena¹. Ainda que essa tradução direta seja questionada, é possível estabelecer conexões entre ambos termos a partir da recuperação histórica das lutas protagonizadas pelos povos indígenas no Equador. O processo de formação e consolidação do movimento indígena equatoriano permitiu que os povos indígenas realizassem importantes reflexões sobre sua condição de exploração na sociedade ocidental. Um dos resultados desse processo foi a adoção de um novo repertório dentro do movimento indígena, como uma tentativa de reivindicar direitos que expressem necessidades relacionadas à cosmovisão andina. Entre os novos termos estão a interculturalidade, a nacionalidade indígena, o Sumak Kawsay e o Bem Viver.

O *Sumak Kawsay* e o Bem Viver podem ser entendidos como construções políticas cuja origem está no movimento indígena, no entanto, ao se projetaram para toda a sociedade, essas ideias passaram por diversas reformulações acadêmicas e políticas, que fizeram com que os povos indígenas sejam parte dessa construção junto a outros atores. O encontro dessas ideias com o campo político e acadêmico se deu principalmente durante a *Asamblea Constituyente de Montecristi*² e ao longo dos anos de governo liderados por Rafael Correa, a partir das reflexões desencadeadas durante a elaboração dos planos de governo, conhecidos como Plan Nacional de Buen Vivir, em suas duas versões 2009-2013 e 2013-2017.

Essa conjuntura, converteu o Bem Viver em um campo discursivo capaz de aglutinar debates sobre alternativas ao desenvolvimento capitalista, propiciando o surgimento de diferentes abordagens sobre o tema. Alguns autores apontam a existência de três correntes do Bem Viver: (i) a culturalista, indigenista e “pachamamista”; (ii) a ecomarxista, socialista e estatista e finalmente (iii) a ecologista e pós desenvolvimentista (CUBILLO-GUEVARA; HIDALGO-CAPITÁN, 2017;

CUBILLO-GUEVARA; HIDALGO-CAPITÁN; GARCÍA-ÁLVAREZ, 2016; QUANG; VERCOUTÈRE, 2013; VANHULST, 2015). Se por um lado, a identificação de diferentes correntes expressa a potência do Bem Viver, como um discurso político amplo, capaz de abarcar diferentes perspectivas sobre as alternativas para o desenvolvimento que se vislumbram para a América Latina, por outro lado, demonstra a dificuldade em construir consensos sobre essas possíveis alternativas. Portanto, o Bem Viver é uma construção política que está em disputa, algo que influencia diretamente nos temas que são associados ou não ao Bem Viver.

A divisão em diferentes correntes não significa que estamos diante de visões completamente distintas, existam pontos em comuns entre elas, o que requer uma visão conjunta para a compreensão do Bem Viver atualmente. De maneira geral, as diferenças se centram nas interpretações sobre o desenvolvimento, na questão intercultural e na questão ambiental, principalmente no que tange à postura frente ao extrativismo. Sendo o desenvolvimento, a espinha dorsal dos debates contemporâneos sobre o Bem Viver, é necessário abordar temas associados ao desenvolvimento e compreender as diferentes que possam existir com o intuito de avançar nos debates e alcançar a implementação de tais ideias. Neste sentido, um tema central se refere ao território, ou à questão territorial, temas fundamentais para a construção de uma visão de desenvolvimento.

Nos debates contemporâneos sobre o Bem Viver a questão territorial não tem sido central par aos debates, algumas vezes é pouco abordada. No entanto, é possível identificar visões sobre o território nas diferentes correntes do Bem Viver, elaborando leituras sobre temas paralelos que nos ajudam finalmente a compreender essas diferentes visões sobre o Bem Viver, além de possibilitar a construção de pontes entre o Bem Viver e o campo dos estudos urbanos. Esse artigo, portanto, busca identificar as ideias entorno da terra e do território nos debates contemporâneos sobre o Bem Viver como uma parte de um esforço maior realizado no âmbito do doutoramento, cujo objetivo é construir tais pontes. Também é importante ressaltar que a aproximação entre o Bem Viver e o território tem como motivação a retomada de um tema central para a América Latina: a luta pela terra, que recentemente tem sido reivindicada a partir da ideia dos territórios nos movimentos populares, em especial no movimento indígena equatoriano.

2. A emergência do Bem Viver no século XXI

A emergência do Bem Viver no início do século XXI pode ser contextualizada a partir de dois processos fundamentais: o mais recente, relacionado à ascensão dos governos progressistas durante a primeira década do século e o anterior, relacionado ao processo de emancipação política dos povos indígenas equatorianos no início do século XX (VANHULST, 2015; ALTMANN, 2016). Este trabalho se centra no contexto mais recente, sem ignorar a influência dos antecedentes históricos, que possibilitou que essas novas ideias penetrassem no campo político institucional.

O Bem Viver (Sumak Kawsay) surgiu a partir de um acúmulo de ideias e debates promovidos pelo movimento indígena equatoriano, porém suas influências não se restringiram à cosmovisão indígena. Desde o início do século XX, quando os povos indígenas começaram a se organizar como movimento social, podemos identificar uma extensa e complexa relação entre o movimento indígena e a esquerda política equatoriana. A progressiva politização da população rural no Equador foi fortemente influenciada pelos partidos socialista (1925) e comunista (1931), que apoiaram a organização camponesa por meio da formação dos primeiros sindicatos na região andina³ (ALTMANN, PHILIPP, 2017). O Partido Comunista Equatoriano (PCE) esteve envolvido tanto na formação de importantes líderes indígenas⁴ como na fundação da *Federación Ecuatoriana de Indios* (FEI) em 1944, primeira organização indígena do país.

Nesse período, as ideias marxistas penetraram na construção deste movimento, influenciados pelos pensamentos de José Carlos Mariátegui⁵, e contribuíram para que os povos indígenas fossem reconhecidos como uma classe explorada dentro do sistema capitalista. Outra importante

influência foi a teologia da libertação, difundida através do trabalho de Leonidas Proaño⁶ por meio da Pastoral Indígena, padre que apoiou a alfabetização e a formação de cooperativas indígenas a partir da segunda metade do século XX na região central da serra equatoriana. Da mesma maneira, podemos identificar a influência intelectual equatoriano Vladmir Serrano, no final do século passado, a partir de suas reflexões sobre o potencial da cosmovisão indígena na superação da dicotomia entre a economia e a ecologia, publicadas no ensaio *“El desarrollo económico y social desde una perspectiva humanista y ecológica”* (CORTEZ, 2008; CUBILLO-GUEVARA, HIDALGO-CAPITÁN, & DOMÍNGUEZ-GÓMEZ, 2014; BELING E VANLUSTH, 2016). Estas ideias influenciaram o pensamento e o modo de organização indígena, contribuindo para que o movimento indígena pudesse elaborar suas próprias reflexões sobre a questão cultural e étnica no país. São ideias que confluíram com ideias presentes na cosmovisão indígena e que, portanto, contribuíram para a formação do pensamento crítico indígena e da esquerda nacional, plasmadas na construção do Bem Viver.

Entretanto, a recente projeção internacional do Bem Viver, promovida pelo trabalho de difusão de alguns atores próximos ao movimento indígena, como é o caso do ex-presidente da Assembleia Nacional Constituinte Alberto Acosta, possibilitou que essa ideia adquirisse um caráter mais amplo. O Bem Viver tornou-se uma “plataforma para enxergar novos mundos” (GUDYNAS, 2011, p.13), uma espécie de aglutinador de ideias sobre questões relacionadas ao desenvolvimento, ao meio ambiente e à interculturalidade, como nas considerações de Alberto Acosta:

O bem viver, como proposta em construção, questiona o conceito ocidental de bem-estar e como proposta de luta, enfrenta a colonialidade do poder. Portanto, sem minimizar essa contribuição desde os marginalizados, devemos aceitar que a visão andina não é a única fonte de inspiração para promover o Bem Viver. Inclusive desde os círculos da cultura ocidental já se levantaram, desde há muito tempo atrás, muitas vozes que poderiam estar de alguma forma em sintonia com essa visão indígena e vice-versa. O conceito de Bem Viver não apenas tem uma âncora histórica no mundo indígena, mas também se baseia em alguns princípios filosóficos universais: aristotélico, marxista, ecológico, feminista, cooperativo, humanista ... (ACOSTA, 2014, s.p).

Alguns autores (BELING; VANHULST, 2016) defendem que a inclusão do Bem Viver na constituição do Equador seria o resultado de um processo tecido em diferentes escalas. A difusão do Bem Viver seria, portanto, um dos desdobramentos da redefinição política e econômica do sistema capitalista, em sua etapa neoliberal e de expansão global, que se iniciou a partir dos anos 80 provocando um ambiente de contestação política global. Essa conjuntura teria permitido que alguns discursos presentes no cenário internacional, como por exemplo, nos movimentos ambientais, antiglobalização e identitários, encontrassem pontos de interseção com o discurso do Bem Viver (VANHULST 2015). Portanto, a ascensão do Bem viver estaria relacionada a uma particular combinação de forças locais, regionais e globais, que inclui as lutas indígenas como condição necessária, mas não suficiente (BELING; VANHULST, 2016; LE QUANG; VERCOUTÈRE, 2013).

No contexto global, podemos destacar: (i) a emergência do discurso ambientalista a partir dos anos 60; (ii) a consolidação da “multiculturalidade” a partir dos anos 70; (iii) o ressurgimento da pergunta sobre a “vida boa” desde a ecologia política; (iv) a busca de alternativas à “ideologia do desenvolvimento” frente à acelerada crise econômica, ambiental e sociopolítica; (v) as repercussões pós guerra fria em relação à esquerda política e ao protagonismo do Estado na gestão econômica, principalmente pela experiência da China e a emergência dos BRICS; (vi) a crise econômica de 2008 que provocou um giro retórico anti-neoliberal; e, mais recentemente, (vii) a emergência de uma crise civilizatória na América Latina com a explosão de movimentos sociais e ações coletivas.

Já no contexto regional é possível identificar: (i) o retorno das democracias após os períodos ditatoriais e a chegada do modelo neoliberal; (ii) a reestruturação da sociedade civil organizada; (iii) o questionamento da comemoração dos “500 anos da descoberta” e o reconhecimento da identidade e dos direitos coletivos dos povos indígenas; (iv) as lutas sociais retomadas nos anos

90; (v) a emergência dos debates pós-coloniais e pós-desenvolvimentistas; (vi) o giro à esquerda de grande parte dos governos latino-americanos no início do século XXI e (vi) a perda da legitimidade e uma desconfiança generalizada da classe política (BELING; VANHULST, 2016).

De certo, podemos afirmar que à medida que o Bem Viver ganhava maior abrangência, surgia um campo de disputa política sobre seu significado. No caso equatoriano, estas disputas se tornaram mais evidentes a partir dos debates para a aprovação da constituição. Essas divergências podem ser observadas na classificação das três correntes já mencionadas: (i) a culturalista, indigenista e "pachamamista"; (ii) a ecomarxista, socialista e estatista e (iii) a ecologista e pós desenvolvimentista (CUBILLO-GUEVARA; HIDALGO-CAPITÁN, 2017; CUBILLO-GUEVARA; HIDALGO-CAPITÁN; GARCÍA-ÁLVAREZ, 2016; QUANG; VERCOUTÈRE, 2013; VANHULST, 2015).

2.1 A corrente culturalista, indigenista ou pachamamista

Esta corrente defende o Bem Viver como um discurso dos povos ameríndios, caracterizado por um forte apelo às questões culturais e à autodeterminação dos povos indígenas. O Bem Viver (*sumak kawsay*) é entendido como uma filosofia de vida baseada na cosmovisão andina e amazônica (CUBILLO-GUEVARA, 2016; CUBILLO-GUEVARA; HIDALGO-CAPITÁN, 2017). Esta corrente busca na cultura indígena e nas tradições ancestrais, valores que permitam alcançar e manter uma forma de vida em harmonia com a natureza e com os outros seres humanos (HIDALGO-CAPITÁN; GARCÍA; ÁVILA, 2014; VANHULST, 2015). No entanto, não se trata de um "retorno ao passado, nem a idade da pedra, nem a época das cavernas, e muito menos nega a tecnologia, nem o saber moderno", o Bem Viver deve ser visto como uma paradigma necessário para "o futuro das sociedades e dos seres humanos" (CHUJI, 2009, p. 158).

Para os povos indígenas ou nações originárias, esse conceito é o produto de todo um acúmulo histórico milenário, proveniente de suas vivências de milhares de anos atrás, bem como das experiências de luta de resistência de nossas organizações. (...) é uma proposta, produto de um processo de constante luta e mobilização. Esse modo de vida, *Sumak Kawsay*, origina-se como o centro da vida comunitária, é a essência do sistema de vida comunitária e é explicado no exercício e na prática cotidiana das comunidades; é o elemento fundamental da matriz civilizatória de nossos povos, que ainda válida apesar da violenta interrupção da colonialidade e da agressão do modelo capitalista (MACAS, 2010, p. 180).

Como grande parte do conhecimento indígena é transmitido de forma oral, o papel dos intelectuais indigenistas, muitos deles vinculados aos movimentos indígenas latino-americanos, foi fundamental para a difusão das ideias contidas no *Sumak Kawsay*. A compreensão do idioma quíchua possibilitou que estes atores pudessem atuar como pontes (*chakas*) entre o conhecimento indígena e o conhecimento ocidental. Dentro desta corrente destacam-se pensadores indígenas e indigenistas equatorianos, bolivianos e peruanos. No Equador alguns representantes desta corrente são: Luis Macas, Blanca Chancosa, Nina Pacari, Luis Maldonado, Ariruma Kowii, Lourdes Tibán, Carlos Viteri, Humberto Cholango, Silvia Tutillo, Floresmilo Simbaña, Mónica Chuji, Pablo Dávalos, Atawallpa Oviedo, muitos deles membros de diversas organizações indígenas (HIDALGO-CAPITÁN et al., 2014). Na Bolívia, Simon Yampara, Javier Medina, Xavier Albó, Fernando Huanacuni, David Choquehuanca, Rafael Bautista, Raúl Prada Alcoreza, Josef Estermann, Mario Torrez são os principais referentes e no Peru, temos Grimaldo Rengifo e Javier Lajo (HIDALGO-CAPITÁN et al., 2014).

Os defensores desta corrente utilizam preferencialmente a expressão *Sumak Kawsay*, por acreditarem a tradução para o Bem Viver (*Buen Vivier*, em espanhol), significou uma perda da dimensão espiritual e da inspiração na cosmovisão indígena. Além disso, acreditam que os aportes realizados por muitos intelectuais incrementaram o conceito a partir de ideias que não guardam relação com as culturas ancestrais (HIDALGO-CAPITÁN et al., 2014) e que, apesar do *Sumak Kawsay* ter sido descrito por grupos indígenas andinos, quíchuas no Equador, aymaras na Bolívia e quéchuas no Peru, esta ideia representa a aspiração de muitos povos da América Latina,

denominada *Abya Yala*, por isso, é possível reconhecer noções similares em outras culturas ancestrais.

A corrente indigenista aposta no resgate da identidade indígena como um caminho para alcançar o Bem Viver, ou seja, a ideia de que é preciso buscar na própria cultura e nas tradições ancestrais os valores que permitam promover uma mudança civilizatória (CUBILLO-GUEVARA; HIDALGO-CAPITÁN, 2017). Portanto, como estratégia política defendem a afirmação da autodeterminação dos povos indígenas e a transformação dos Estados-nação latino-americanos em Estados plurinacionais. Como estratégia econômica, aspiram recuperar um sistema socioeconômico comunitário, baseado na solidariedade, na ajuda mútua, na generosidade, na reciprocidade. Finalmente, essa corrente fala sobre uma “alternativa ao desenvolvimento”, uma vez que o conceito de desenvolvimento não existe na cosmologia andina.

2.2 A corrente estatista ou socialista

A corrente estatista ou socialista deriva das experiências da inclusão do Bem Viver nas constituições do Equador e da Bolívia. O Bem Viver é apresentado como uma alternativa ao sistema político, social e econômico que define o mundo capitalista, portanto é apresentado como uma variação do socialismo. Assim, a fusão entre os conceitos “bem viver” e “socialismo” dá origem a variações semânticas como “socialismo do Bem Viver”, “socialismo do *Sumak Kawsay*” (RAMÍREZ, 2010), “socialismo do século XXI” e “socialismo comunitário andino” (LINERA, 2015). Representam esta corrente os intelectuais latino-americanos: José Luis Coraggio, Fander Falconí, René Ramirez, Alvaro Garcia Linera, Pedro Páez, Ricardo Patiño, alguns deles envolvidos diretamente com os governos do Equador e da Bolívia e os europeus Michael Lowy, François Houtart (CUBILLO-GUEVARA; HIDALGO-CAPITÁN, 2017; VANHULST, 2015).

O Bem Viver é considerado uma via para alcançar maior equidade e a erradicação da pobreza por meio de políticas públicas redistributivas, portanto, o Estado é um ator fundamental para viabilizar a gestão do *Sumak Kawsay*. Nesta corrente, o Bem Viver é entendido como um “modelo de desenvolvimento alternativo” ao capitalismo (CUBILLO-GUEVARA; HIDALGO-CAPITÁN; DOMÍNGUEZ-GÓMEZ, 2014). Nos planos idealizados durante o governo de Rafael Correa, o modelo de desenvolvimento se centra no incentivo à mudança da matriz produtiva primária, baseada na extração de recursos naturais, para uma matriz produtiva baseada no conhecimento. Portanto, a ideia de modernidade não é rejeitada, ainda que se reconheça a necessidade de revisar determinados atributos da sociedade moderna, como a própria ideia do desenvolvimento.

Os defensores dessa corrente defendem uma possível renovação do paradigma do desenvolvimento como uma saída racional para a transformação social e a busca pela igualdade entre os seres humanos está em primeiro plano, ainda que as questões ambientais e culturais sejam consideradas. Portanto, o Bem Viver sinaliza uma preocupação como o aumento do bem-estar da sociedade, tanto nos aspectos tangíveis (aceso a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos) como intangíveis (satisfação das necessidades, qualidade de vida, etc.). Essa perspectiva está presente no *Plan Nacional del Buen Vivir*:

O Bem Viver significa ter tempo livre para contemplação e emancipação e para que as liberdades, oportunidades, capacidades e potencialidades reais dos indivíduos se expandam e floresçam, de modo que permitam alcançar simultaneamente o que sociedade, os territórios, as diversas identidades coletivas e cada um - visto como um ser humano universal e particular ao mesmo tempo - valoriza o objetivo da vida desejável (tanto material como subjetivamente, e sem produzir qualquer tipo de dominação do outro). Nosso conceito de boa vida nos obriga a reconstruir o público para reconhecermos, entendermos e valorizarmos uns aos outros - entre diversos mas iguais - a fim de que prospere a possibilidade de reciprocidade e reconhecimento mútuo e, assim, possibilitar a auto-realização e a construção de um futuro social compartilhado (SENPLADES, 2009, p.10).

A institucionalização do Bem Viver, os debates e as experiências promovidos a partir da esfera pública possibilitaram a consolidação desta corrente. No entanto, as experiências concretas de aplicação do Bem Viver revelam muitas contradições entre o discurso e a prática, mas como alerta

Julien Vannhulst (2015, p.244) esse “foi o caso de muitos discursos transformadores ao longo da história, não é de surpreender que a nova utopia social e política do Bem Viver (ainda) não cumpra suas promessas na práxis política, econômica e social”. Portanto, é importante compreender essa corrente com uma visão do Bem Viver que toma forma dentro de um ambiente institucional e, portanto, a coloca frente a inúmeras contradições.

2.3 A corrente ecologista e pós-desenvolvimentista

A última corrente se destaca pela grande relevância dada à preservação da natureza e à construção participativa do Bem Viver a partir de aportes de diversos movimentos sociais (QUANG; VERCOUTÈRE, 2013; HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2014; VANHULST, 2015). A partir de uma leitura da realidade latino-americana, fundamentada nas teorias da colonialidade e da dependência, esta corrente parte do pressuposto de que os países latino-americanos estão submetidos ao extrativismo predatório, inicialmente a partir da condição de exportadores de matérias primas imposta pelos colonizadores e atualmente a partir da dependência econômica e das demandas do comércio global (LE QUANG; VERCOUTÈRE, 2013). Portanto, para os países latino-americanos, o fim do período colonial não significou o fim da exploração desmedida da natureza, uma vez que o extrativismo passou a ser defendido como uma via necessária para o desenvolvimento e para a inserção desses países no sistema capitalista. Neste sentido, há uma forte crítica à ideia do desenvolvimento entendido como o resultado de um processo de evolução linear construído como uma ideia de progresso.

Para esse grupo, o extrativismo é uma manifestação do caráter predatório do sistema capitalista, uma consequência da busca pelo desenvolvimento. Portanto, para alcançar o Bem Viver seria preciso superar o paradigma do desenvolvimento capitalista e colocar um fim à destruição da natureza e a exploração desmedida dos recursos naturais, promovendo economias pós-extrativistas. Desta maneira, o Bem Viver é visto como uma alternativa ao desenvolvimento, por este motivo, esta corrente também é denominada pós-desenvolvimentista.

Esta corrente não se limita ao Bem Viver como um paradigma relacionado aos saberes ancestrais. Ainda que o papel dos povos ancestrais seja reconhecido em sua construção, o Bem viver é considerado um conceito em construção que deve se nutrir de outros saberes, como por exemplo, aportes socialistas, feministas, cooperativistas, decoloniais, sindicalistas, camponeses, economia solidária, teológicos-liberacionistas, pacifistas e sobretudo ecologistas. O Bem Viver é considerado uma “plataforma” a ser utilizada a partir de várias tradições e posturas como um espaço de crítica ao desenvolvimento e em busca de alternativas ao mesmo, sendo comumente apresentado como uma “utopia a ser construída” pela sociedade civil, principalmente a partir dos movimentos sociais organizados. Defendem a participação cidadã tanto para a definição do conceito, como para sua implementação e acreditam que o Bem Viver se configura como uma “oportunidade para construir outra sociedade sustentada pela convivência do ser humano em diversidade e harmonia com a natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes em cada país e no mundo” (ACOSTA; GUDYNAS, 2011, p.103).

O caráter de “plataforma” está diretamente relacionado aos debates durante a Assembleia Constituinte Equatoriana, quando participaram representantes de diversos movimentos sociais e intelectuais de diferentes influências teóricas, que contribuíram para que o Bem Viver se configurasse como uma espécie de colagem pós-moderna a partir da hibridação de muitos conceitos (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2014). Esta perspectiva do Bem Viver tem ganhado maior projeção internacional, algo que pode ser explicado pela: existência de vínculos entre líderes políticos e intelectuais com os movimentos sociais alternativos equatorianos e latino-americanos, principalmente com o Foro Social Mundial; pela proximidade desta corrente com a perspectiva acadêmica europeia do decrescimento e pela aproximação entre intelectuais progressistas de América Latina e da Europa ao movimento ambientalista. Essa corrente tem como principais autores: Alberto Acosta, Eduardo Gudynas, Maristella Svampa, Esperanza Martínez, Edgardo Lander e Margarita Aguinaga; e autores europeus como Maria Tortosa e Koldo

Unceta. Além disso, um dos principais financiadores das publicações desta corrente a fundação alemã Rosa Luxemburgo.

3. O território nos debates contemporâneos sobre o Bem Viver

O Bem Viver tem se posicionado como um tema que traz importantes debates sobre os rumos do desenvolvimento na América Latina. Ao representar um novo paradigma de desenvolvimento, seja um paradigma a ser superado ou renovado, é fundamental incorporar a dimensão territorial neste debate. Podemos considerar o território uma espécie de âncora do desenvolvimento, se “assumimos que cada processo de desenvolvimento – seja econômico, humano, jurídico, anticapitalista, ético ou político – é necessariamente territorial; ou seja, existe um lugar ou materialidade concreta inicial onde ocorre algum processo de desenvolvimento, que o constitui.” (ALTMANN, PHILIP; WALDMÜLLER, [S.d.]). Alguns autores inclusive abordam essa relação entre território e desenvolvimento a partir da noção da dimensão territorial do desenvolvimento.

Como novo paradigma de desenvolvimento, o Bem Viver coloca a necessidade de superar a visão economicista, associada à modernização capitalista e ocidental” para construir uma nova visão, que o associe à uma mudança social positiva, pois “um desenvolvimento que traga efeitos colaterais sérios não é legítimo e, portanto não merece ser chamado como tal” (SOUZA, 2010, p. 60–61). Grande parte dos efeitos colaterais do desenvolvimento capitalista, podem ser observadas no território. Portanto, devemos compreender a dimensão espacial do capitalismo contemporâneo, os conflitos e antagonismos engendrados na produção social do espaço, pois no território as hierarquias, hegemonias, tensões e conflitos produzidos no processo de desenvolvimento se manifestam.

Embora, o território seja um tema central para o desenvolvimento, nos debates contemporâneos sobre o Bem Viver este tema tem sido abordado de maneira insuficiente. No entanto, é possível identificá-lo nas três correntes citadas. Esse trabalho pretende evidenciar como o tema território tem sido abordado nesse debate e reconhecer as diferentes visões apresentadas, entendendo que este é um central para o debate sobre o Bem Viver. Na geografia, o território é um conceito-chave para a geografia, no entanto existe uma enorme polissemia no seu uso, algo que dificulta sua interpretação (HAESBAERT, 2004). Ao longo do tempo o conceito território assumiu diferentes perspectivas: no início do século XX ele foi associado a algo físico, ao substrato sobre o qual a sociedade se organizava (Ratzel, 1990 [1914] apud HAESBAERT, 2011), a partir de 1960, com a renovação crítica do pensamento geográfico, o conceito de território foi retomado a partir da noção de uma construção histórica e social, baseada nas relações de poder, com uma dimensão subjetiva estabelecida a partir da apropriação e do simbólico e uma dimensão objetiva, a partir da dominação, realizada por meio de instrumentos de ação política e econômica. No caso dos debates em torno do Bem Viver, essa regra se mantém, sendo possível reconhecer diferentes enfoques sobre o tema.

Atualmente, Haesbaert (2004, p.40) sintetiza “a amplitude do conceito” em quatro aspectos: (i) político, que entende o território como um espaço delimitado e controlado, através do qual uma relação de poder é exercida, muitas vezes relacionado ao Estado; (ii) cultural, que interpreta o território como resultado de uma apropriação / valorização simbólica de um espaço por um determinado grupo social; (iii) econômico, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, também está a ideia do território como fonte de recursos; e (iv) naturalista, a compreensão do território acontece a partir da relação entre homem e natureza.

Marcelo Lopes de Souza (2000, p.79) apresenta a ideia de que “o território é essencialmente um instrumento do exercício do poder”. No entanto, esse poder não deve ser associado apenas à ideia de “poder político”, ele pode se referir tanto ao sentido de dominação, como no sentido simbólico de apropriação (HAESBAERT, 2005). Portanto, o território surge da relação específica de poder que o ator mantém com o espaço, seja a partir de uma forma de controle, dominação ou apropriação. Ele é fruto da combinação entre espaço, ator e poder, construído (e desconstruídos)

em diferentes temporalidades, assumindo um caráter permanente, periódico ou cíclica. O território também é considerado uma “construção social, a partir das diferentes formas de uso e apropriação do espaço geográfico (SAQUET, 2012, p. 9).

Como se pode observar, estamos diante de um conceito complexo, mesmo para a geografia. O território é histórico e relacional, multiforme e multidimensional, formado a partir das relações de poder, envolvendo redes de circulação e comunicação, diferenças, desigualdades e identidades culturais. Nos debates sobre o Bem Viver, a complexidade do termo se mantém, algo perceptível tanto pelas diferentes abordagens, como pelas novas possibilidades de interpretação sobre o território, que surgem a partir da cosmovisão dos povos andinos, como veremos adiante. Por uma questão didática, o uso do termo território será analisado a partir das diferentes correntes sem perder de vista a importância em estabelecer relações entre elas e compreendê-las em conjunto.

3.1 O território na corrente indigenista

Em relação à corrente indigenista, podemos identificar a menção ao território em alguns textos específicos, apesar de não estarem diretamente relacionada ao Bem Viver ou ao Sumak Kawsay, estes textos demonstram como a ideia de território vinha sendo debatida dentro do movimento indígena contemporâneo. São anteriores à incorporação do Bem Viver na constituição, a partir dos quais podemos perceber uma separação entre a ideia sobre a terra e o território. O significado do território nesta corrente está relacionado à construção política proposta pelo movimento indígena a partir anos 80, quando Nina Pacari, importante dirigente indígena, propôs a adoção de novos conceitos que pudessem expressar de melhor maneira as históricas reivindicações dos povos e nacionalidades indígenas. Portanto, a adoção do termo território se insere no contexto histórico das lutas populares, protagonizadas pelos povos indígenas, principalmente a luta pela terra, que por sua vez estão relacionadas à organização do movimento indígena equatoriano. Nesse contexto, é importante considerar que as reflexões elaboradas no âmbito da organização do movimento indígena equatoriano foram fortemente influenciadas por ideias que permeavam a conjuntura política em cada momento.

No início do século, a ascensão dos partidos socialistas e comunista impulsionaram o surgimento de sindicatos nas zonas rurais e a organização da *Federación Ecuatoriana de Indios* em 1944, primeira organização indígena do país. Portanto, temos uma conjuntura marcada por uma perspectiva materialista, que contribuiu para que a terra se tornasse uma das pautas centrais, reivindicada a partir da reforma agrária. No entanto, ainda que outras questões de caráter étnico não estivessem incorporadas nesse momento, o significado da terra não se restringia apenas ao direito a uma porção de solo para a produção de alimentos e sobrevivência, sendo possível reconhecer uma noção mais ampla, a reivindicação de algo que não se definia por limites físicos, mas por uma noção mais próxima à cosmovisão dos povos ancestrais, ou seja, de um espaço que se define pelas interações sociais em seu interior, uma noção que se aproxima à ideia do território. A própria articulação entre a luta pela terra e outras lutas impulsionadas pelos indígenas equatorianos desde o início do século XX, como por exemplo, a luta pela educação, pela soberania alimentar e pela manutenção da cultura indígena, revelam como a luta pela “terra” assumiu um significado amplo nesse processo⁷.

A partir das décadas de 1970 e 1980 as reflexões internas possibilitaram que o movimento indígena desse um salto qualitativo em termos de organização, contribuindo para uma profunda renovação do discurso. Novos termos surgiram com o objetivo de ampliar o significado de noções presentes anteriormente nas lutas, aproximando a linguagem de noções presentes na cosmovisão indígena. Nesse novo vocabulário aparecem conceitos fundamentais para o movimento indígena, como: a autodeterminação dos povos indígenas e o Estado Plurinacional. O novo modelo de Estado proposto, o Estado Plurinacional, buscava abrir-se para que diferentes culturas pudessem ser reconhecidas, contrapondo-se à ideia da integração nacional proposta até então pelo Estado vigente. Como um desdobramento dessa proposta, surgiu um dos conceitos mais emblemáticos nesse novo momento: a “nacionalidade indígena”⁸, ideia sistematizada por Nina Pacari, líder

indígena já citada. A nacionalidade indígena seria composta por quatro estruturas: (i) social e política, (ii) legislativa, (iii) ideológica e cosmológica e (iv) moral.

Pacari identificou estas estruturas no cotidiano do indígena (*runa*) e descreveu como elas definem o modo de vida indígena. A estrutura social e política estaria representada pela relação família - comunidade ampliada - povo (*ayllu-llacta ayllu-mama ayllu*), sendo este último definido por uma língua, uma cultura, um território e vínculos econômicos comuns. A estrutura legislativa se manifestaria na relação harmônica entre as três unidades: normas familiares - normas sociais - normas jurídicas do povo (*ayllu camachic - llacta camachic - mama ayllu camachic*). A estrutura moral estaria presente em um jargão muito comum entre os povos andinos: “não seja preguiçoso, não minta e não roube” (*ama quilla, ama llulla, ama shua*). E, finalmente, a estrutura ideológica ou cosmológica, se expressaria a partir de uma relação entre universo - terra - homem (*pachamama - allpamama - runa*) (PACARI, 1984). A adoção desse novo repertório coincidiu com um posicionamento mais claro do movimento indígena como uma luta social, quando foram criadas diversas organizações nacionais.

Nesse contexto, a partir de uma importante reflexão, Pacari expressou a necessidade de ampliar o significado da terra, termo utilizado historicamente pelo movimento indígena na luta pela reforma agrária:

No aspecto agrário, a luta pela terra é a primeira de nossas reivindicações, pois sem terra o povo não sobrevive. A nossa cultura está tão ligada à terra, nasce dela, faz parte dela. No entanto, o fator terra e o fator cultura não cobrem todo o problema (PACARI, 1984, p. 145).

Pacari então, propõe “que seja reconhecida e garantida a cada uma das nacionalidades a propriedade de seu território, registrando-o devidamente de forma coletivamente, inalienável e suficientemente extenso para assegurar seu crescimento demográfico e desenvolvimento cultural (PACARI, 1984, p. 148)

A palavra terra, pauta central das lutas passa a ser substituída pela palavra território. Portanto, ocorre uma mudança conceitual sobre a relação povo e terra, caracterizada até meados da década de 1970 por uma visão materialista (ALTMANN, PHILIPP, 2013). A concepção burguesa e liberal da terra como meio de produção, adotada nas lutas pela reforma agrária, adquiriu uma conotação holística, mais próxima à concepção da terra desde a cosmovisão indígena. Além disso, a expressão “território” se articula ao conceito de nacionalidade indígena e à noção de autonomia territorial, promovendo uma conciliação entre as ideias de identitárias com as antigas ideias classistas do movimento indígena, relacionadas ao sindicalismo e ao socialismo (ALTMANN, PHILIPP, 2013).

Para Alfredo Viteri,

Na visão dos povos indígenas, o território constitui o espaço natural da vida, concebido como unidade ecológica fundamental onde a vida se desenvolve em suas múltiplas expressões e formas; para nossos povos, este espaço natural de convivência é fonte de conhecimento, cultura, identidade, tradições e direitos. Neste lugar essencial desenvolve-se a nossa vida como povos, reproduzimo-nos permanentemente como sociedades diferenciadas nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais de geração em geração. Portanto, a visão de território está intimamente ligada ao exercício de nossos direitos coletivos e autodeterminação como povos. (VITERI, 2004)⁹.

Portanto, outra ideia associada ao território é o princípio da “relacionalidade”, construído a partir da ideia de que todos os seres vivos têm vida e, portanto, disfrutam das mesmas condições de um humano, sendo assim, todos seres são complementários e se necessitam mutuamente. Nessa visão integral, o território é entendido como “o espaço que nos fornece todas as possibilidades de vida” (MACAS, 2010, p.181).

3.1 O território na corrente socialista

Na bibliografia relacionada à corrente socialista a ideia de território aparece como um suporte para o desenvolvimento baseado no Bem Viver. Há uma clara conexão entre o território e o Bem Viver, se coloca a necessidade de pensar um novo modelo territorial que responda a esse novo modelo de desenvolvimento. O enfoque territorial está presente tanto na constituição como em seus desdobramentos políticos, ou seja, nos planos de governo, denominados Plano Nacional para o Bem Viver PNBV.

A aprovação da nova constituinte em 2008 estabeleceu um novo pacto social para o Equador. Embora, as características desse novo pacto ainda não estivessem bem delimitadas pela nova constituição, os atores e os projetos sociais que inspiraram esse processo sinalizavam uma mudança significativa para o país (ORTIZ, 2008). A nova constituição associou o desenvolvimento ao Bem Viver a partir do novo “Regime de Desenvolvimento” que tinha como objetivo “o conjunto organizado, sustentável e dinâmico dos sistemas econômicos, políticos, sócio-culturais e ambientais que garantem a realização do bem viver, do *sumak kawsay*” (ECUADOR, 2008). Para alcançar esse novo modelo de desenvolvimento era necessário cumprir com os “direitos do Bem Viver” (ECUADOR, 2008), constituído por um conjunto de direitos econômicos, sociais e culturais, entre eles, o direito à água, à alimentação, ao ambiente saudável, à comunicação e informação, à cultura e ciência, à educação, ao habitat e habitação, à saúde, ao trabalho e previdência social. Portanto, a Constituição de Montecristi define as bases que possibilitariam uma conexão entre o desenvolvimento, o Bem Viver e os direitos cidadãos.

Na perspectiva do governo, do planejamento nacional definido nas duas versões do PNBV, o enfoque territorial deve cumprir o papel de orientar o desenvolvimento. Aqui, a ideia de território está diretamente associada à promoção da igualdade. O PNBV propõe a “Estratégia Territorial” cujo objetivo seria referenciar a formulação e implementação de políticas setoriais e territoriais, buscando melhorar a (re)distribuição de riquezas, promover o novo modelo de desenvolvimento e cumprir com os objetivos do Bem Viver, partindo da compreensão do território como um “sistema complexo e dinâmico que se transforma continuamente” (SENPLADES, 2009, p.371). Entre os mecanismos para transformar o território equatoriano, está a promoção e o fortalecimento um modelo territorial baseado em uma estrutura nacional policêntrica, articulada e complementar de assentamentos humanos, que auxilie na integração entre os diferentes níveis do sistema urbano (SENPLADES, 2013, p. 126).

A Estratégia territorial foi construída sob 2 pilares: (i) a partir do fomento aos processos de descentralização e desconcentração de competências a nível territorial e (ii) a partir da promoção de um modelo territorial nacional policêntrico. A desconcentração busca promover uma mudança na estrutura do Estado, a partir da presença da função executiva e das infraestruturas, dos equipamentos e serviços públicos em outras cidades do país, respeitando a organização regional a partir das zonas administrativas. E a descentralização busca redistribuir o poder no território, transferindo aos municípios, de maneira obrigatória e progressiva, as responsabilidades e os recursos necessários para que gozem de autonomia administrativa. A rede policêntrica de assentamentos humanos foi idealizada como um modelo territorial que enfrenta uma das principais fragilidades no contexto da organização do território nacional: a persistência de uma frágil rede de cidades com enormes assimetrias, resultante do histórico processo de diferenciação dos territórios que configurou o bicentralismo de Quito e Guayaquil (SENPLADES, 2009, p. 372).

A estratégia territorial aspira dar o suporte ao novo modelo de desenvolvimento a partir de uma rede policêntrica, articulada e complementar, com uma clara hierarquia de assentamentos humanos; da promoção da sustentabilidade ambiental para melhorar o uso, ocupação e conservação da natureza; da contribuição com a mudança da matriz produtiva a partir de um território apto a especialização econômica funcional considerando os potenciais dos assentamentos humanos e do ambiente físico; e da (re)distribuição social e territorial dos benefícios do desenvolvimento, como um maneira de reduzir as desigualdades sociais, a discriminação e a exclusão (SENPLADES, 2009). Portanto, percebemos uma visão do território multiescalar e centrada na redistribuição de poder nos territórios, por meio do reconhecimento da

autonomia política, administrativa e financeira das diferentes escalas territoriais – regional, provincial, cantonal e paroquial - e do incentivo à conformação de circunscrições territoriais especiais determinadas por questões étnicas ou culturais.

Embora o território seja visto como um meio para operacionalizar o novo modelo de desenvolvimento, no PNBV apresentada algumas visões sobre o território utilizadas no plano são inspiradas em autores como José Luís Coraggio e Milton Santos, ou seja, o território é abordado a partir de uma perspectiva que incorpora as questões sócio culturais, que entende que:

a geografia e o território são depositários da história econômica, política e social de um país ou região, sendo a expressão espacial dos diversos modos de acumulação e distribuição de riqueza. Nessa perspectiva, é o território onde se concretizam e se plasmam as diferentes políticas, públicas e privadas (SENPLADES, 2009, p. 371).¹⁰

Portanto, nas propostas há uma ideia de que a organização espacial nada mais é que um reflexo dos modelos de acumulação e desenvolvimento plasmados no território, que podem ser percebidos a partir do adensamento de determinadas zonas, das infraestruturas construídas, das áreas excluídas, a partir de um processo em que as relações econômicas e de poder são determinantes. Tendo estas concepções como base, a Estratégia Territorial é considerada um instrumento de extrema relevância para reduzir as disparidades regionais que são fruto de um longo processo histórico no país.

3.3 O território na corrente pós desenvolvimentista

Finalmente, na corrente pós-desenvolvimentista o tema território não é abordado diretamente, uma vez que o centro do debate está na questão ambiental, principalmente na necessidade de questionar o modelo de desenvolvimento atual e sua base extrativista e neo-extrativistas. No entanto, de maneira implícita a noção de território aparece em alguns textos, além de ser a corrente que dá maior ênfase a necessidade de um outro modelo de desenvolvimento ou pós-desenvolvimento.

A ideia do Bem Viver como um conceito ainda em construção, que representa uma ruptura com as ideias convencionais de desenvolvimento atuais possibilita que contribuições desde várias perspectivas sejam incorporadas ao discurso, como é o caso das ideias do eco-feminismo, do decrescimento, pós-desenvolvimento, do pós-extrativismo e da teoria pós-colonial. De maneira geral, o questionamento da modernidade, do sistema capitalista e do antropocentrismo atravessam grande parte dos diagnósticos apresentados pelos autores desta corrente.

Uma aproximação ao tema território é proposta por Maristela Svampa a partir da ideia do “giro ecoterritorial”, para a autora “um dos conceitos mais mobilizadores do giro ecoterritorial é o Bem Viver, em quíchua, Sumak Kawsay”. A noção do giro territorial apresenta contatos significativos com o movimento por justiça ambiental, originado na década de 1980 em comunidades negras dos Estados Unidos, uma abordagem “ênfatica a desigualdade dos custos ambientais, a falta de participação e democracia, o racismo ambiental contra os povos indígenas, enfim, a injustiça de gênero e a dívida ecológica, está na origem de várias redes de justiça ambiental que hoje se desenvolvem na América Latina (SVAMPA, 2012, p. 55).

Para Svampa o giro ecoterritorial está relacionado à emergência de uma nova gramática de lutas, uma linguagem alternativa que tem forte ressonância nas lutas latino-americanas que nos últimos anos tem articulado lutas indígenas e novas militâncias territorial-ecológicas e feministas. Outros exemplos de ideias que anunciam essa mudança de linguagem na perspectiva do giro ecoterritorial seria a defesa dos comuns¹. Neste caso, a autora associa a defesa do território, dos bens comuns,

¹

dos direitos humanos, dos direitos da natureza ou do bem viver a uma exigência por uma democratização das decisões.

A ideia do território aparece no âmbito dos conflitos ambientais que se estabelecem como consequência do extrativismo.

Na realidade, os territórios extrativistas tendem a adotar uma configuração própria, diferente da dos territórios não extrativistas, na medida em que potencializam problemas sociais já existentes na sociedade mais ampla, entre elas as disparidades salariais, os preços altos, os vícios, o aumento da criminalidade, a prostituição, somados mais recentemente ao tráfico e a expansão das redes criminosas.(SVAMPA, 2012, p. 55).¹¹

Portanto, o território aparece em uma perspectiva de conflito, frente a expansão das fronteiras do capital em direção aos territórios, principalmente aos indígenas. Assim, os conflitos ambientais adquirem uma dimensão social e territorial, ou seja, se tornam conflitos socioterritoriais. Svampa (2012) defende a democratização das decisões como uma alternativa para esses problemas, uma ideia vinculada à autonomia territorial, exigida pelos povos indígenas. As ideias de Svampa (2012) sobre o território ilustram como o tema é mobilizado nessa corrente, intrínseco relacionado às questões ambientais e aos conflitos decorrentes do extrativismo, como um espaço que se refere à construção social dos povos ancestrais, onde se travam disputas de poder entre a domínio do Estado e das empresas extrativistas e o valor simbólico de apropriação atribuído pelos povos indígenas.

6. Conclusões

A inclusão do Bem Viver nas constituições do Equador e da Bolívia significou uma retomada do debate sobre o desenvolvimento nos países latino-americanos a partir de uma perspectiva humanística e ecológica. A ampla difusão do termo e a falta de consensos sobre seu significado deram origem a diferentes interpretações, identificadas por alguns autores como as três correntes do Bem Viver, são elas: (i) a culturalista, indigenista e "pachamamista"; (ii) a ecomarxista, socialista e estatista e finalmente (iii) a ecologista e pós desenvolvimentista. Essas correntes possuem pontos em comum, mas se distinguem pela maneira como enfrentam determinados temas, como o desenvolvimento, a relação com o meio ambiente e as questões culturais. Essas diferenças também podem ser percebidas a partir da análise sobre os temas que se relacionam ou não ao Bem Viver, bem como os temas que recebem menor ou maior enfoque nesse debate. Não obstante, as diferentes correntes devem ser vistas de maneira conjunta para uma maior compreensão do tema.

No Equador, o Bem Viver foi associado a uma tradução direta do termo quíchua *Sumak Kawsay*. Ainda que essa tradução seja questionada, podemos dizer que há um reconhecimento de que o Bem Viver é uma ideia mobilizadora que emerge dos povos indígenas, como fruto de um longo processo de reflexão sobre as lutas por direitos e pela sobrevivência de suas culturas. Assim, é possível estabelecer conexões entre ambos termos a partir do processo histórico de organização do movimento indígena. Neste sentido, o Bem Viver é considerado uma expressão que surge a partir da organização indígena iniciada na primeira metade do século XX e penetra o debate político ocidental no início desse século XXI.

Essa longa trajetória política contribuiu para que o Bem Viver sofresse diversas reformulações a partir do encontro e da confrontação de ideias. Portanto, esse termo, cunhado no âmbito das lutas indígenas pelo reconhecimento de sua cultura, seu território e seu modo de vida, é o resultado da confrontação entre a cultura ancestral e a cultura ocidental, que algumas vezes se deram a partir de encontros - com a igreja católica, os partidos de esquerda, as centrais sindicais - e outras vezes a partir de confrontações - com os colonizadores, donos de terra, empresas petroleiras e o Estado. Neste sentido, é fundamental reconhecer que estamos diante de uma construção política, que segue em transformação e em disputa, e que nos coloca a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento sob o qual foi construído a sociedade contemporânea.

O Bem Viver (*Sumak Kawsay*) condensa ideias e debates provenientes do movimento indígena equatoriano, mas que receberam contribuições de diversas influências próximas ao mundo indígena, como é o caso do pensamento de Mariatégui e da teologia da libertação. A inclusão do Bem Viver na constituição pode ser considerada uma contribuição dos povos ancestrais para a sociedade, no entanto é fundamental reconhecer que os debates que seguem esse evento o convertem em uma espécie de “plataforma para imaginar outros mundos”, agregando contribuições de diversas correntes de pensamento. Nesse sentido, como adverte Adrian Beling e Julien Vanhulst (2016) existe uma conjuntura multiescalar que possibilita sua inclusão na nova carta magna equatoriana, bem como sua rápida ascensão no panorama internacional como uma ideia mobilizadora, neste sentido, podemos destacar a confluência como os movimentos ambientalistas e globalistas e o giro à esquerda a partir da eleição dos governos progressista na América Latina.

A identificação de diferentes discursos do Bem Viver e a classificação em correntes é um tema controverso, no entanto, para questões didáticas se mantém essa estrutura, com o objetivo de reconhecer que este tema apresenta visões divergentes, além de buscar compreender as diferenças que existem entre elas com maior detalhe. Essa mesma estratégia é mantida quando nos aprofundamos na visão sobre o território dentro do debate do Bem Viver, buscando compreender como as diferenças conceituais se refletem na compreensão da questão territorial.

O Bem Viver está centrado em um debate sobre o desenvolvimento e as grandes divergências entre as correntes se estabelecem a partir deste temas-chave. Neste sentido, temos duas grandes interpretações: uma delas defende uma “alternativa ao desenvolvimento”, noção presente nas correntes indigenista e pós-desenvolvimentista, a primeira se justifica pela inexistência do conceito de desenvolvimento na cosmovisão andina e a segunda por possuir uma forte crítica à ideia do desenvolvimento entendido como o resultado de um processo de evolução linear construído como uma ideia de progresso; a outra defende uma alternativa de desenvolvimento, ou seja, acreditam em uma possível renovação do paradigma do desenvolvimento como uma saída racional para a transformação social e a busca pela igualdade, perspectiva presente na corrente socialista.

Essas diferentes visões sobre o desenvolvimento repercutem na importância dada ao território em cada uma das correntes. No caso da corrente indigenista, podemos identificar uma visão do território que o entende como uma totalidade como “o espaço natural de vida, concebido como unidade ecológica fundamental onde se desenvolve a vida em suas múltiplas expressões e formas (...) este espaço natural de vida é fonte de saberes, conhecimentos, de cultura, identidade, tradições e direitos” (VITERI, ALFREDO, 2004, p.1). Esta concepção de território tem permitido que muitas comunidades andinas possam conservar e aproveitar os recursos oferecidos pela natureza de maneira sustentável. Neste sentido, reconhecer o valor do saber comunitário e a importância destes saberes tradicionais sobre a ocupação do território constituem uma base de informação relevante para avançar no desenvolvimento territorial harmônico como colocado a partir da perspectiva do Bem Viver.

É interessante reconhecer como essas formas de vida e os conhecimentos ancestrais incidem sobre a transformação dos territórios, a partir de uma concepção integral e de interdependência. Neste sentido, as intervenções no território realizadas por alguns grupos indígenas, seja a partir da construção dos canais de abastecimento de água, da construção de vias, moradias, ou da gestão dos recursos naturais demonstram que esses saberes ainda permanecem nos modos de organização territorial. Estas intervenções indicam formas de resistência à fragmentação do território e à desintegração da comunidade, pese as disputas e os tensionamentos provocados pelo processo de desenvolvimento capitalista e a inserção de novos modos de vida, impostos pelos padrões da modernidade e seu caráter homogeneizante.

Ao mesmo tempo, as visões presentes na corrente socialista, a partir das reflexões e experiências do governo destacam o reconhecimento da importância do território no processo de implantação do Bem Viver, e a necessidade de consolidar uma visão do território multiescalar e centrada na

redistribuição de poder nos territórios e no reconhecimento das questões étnicas ou culturais. E, finalmente, as visões presentes na corrente pós-desenvolvimentista sinalizam a necessidade de incluir perspectivas contemporâneas ao debate, incluindo visões ambientalistas e feministas por exemplo, mas também alertam sobre a importância de não abandonar temas centrais para esse debate.

Concluindo, é preciso reconhecer que estamos diante de uma ideia mobilizadora que coloca em pauta um debate fundamental para o futuro dos países latino-americanos: o desenvolvimento. Por sua vez, a construção de um novo paradigma de desenvolvimento demanda reflexões mais profundas sobre temas centrais neste processo, como é o caso do território. A revisão bibliográfica sobre o enfoque territorial nos debates contemporâneos sobre o Bem Viver demonstra que ainda é preciso avançar neste tema, construir pontes mais sólidas entre o Bem Viver e o campo dos estudos urbanos, mas também revela a existência de novos enfoques sobre o tema, que precisam ser investigados e desenvolvidos. Neste sentido, destaco alguns temas, como por exemplo, a perspectiva relacional atribuída ao território na cosmovisão ancestral, a centralidade da luta pela terra na história dos movimentos sociais da América Latina e a superação da luta pela terra simplesmente, ancorada em uma visão materialista, como meio de produção, para uma luta pelo território, ou seja por um direito que considere o valor da terra a partir de uma perspectiva mais ampla, como elemento constitutivo de uma sociedade em seu diversos aspectos: cultural, social, econômico e político.

7. Referências

ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir, una oportunidad por construir. *ECUADOR DEBATE*, v. 75, p. 33–48, 2008.

ACOSTA, Alberto. *La Filosofía del Sumak kawsay o Buen Vivir. Otros Mundos Chiapas*. Mexico DF: [s.n.]. Disponível em: <<https://otrosmundoschiapas.org/entrevista-a-alberto-acosta-sobre-la-filosofia-del-sumak-kawsay-o-buen-vivir/>>. Acesso em: 7 jul. 2019. , 7 jan. 2014

ACOSTA, Alberto; GUDYNAS, Eduardo. El buen vivir o la disolución de la idea de progreso. *La medición del progreso y del bien estar. Propuestas desde América Latina*, p. 103–110, 2011.

ALMEIDA, Ileana. *El Estado plurinacional en Ecuador: o la esperanza de supervivencia de los pueblos indígenas. Entrevista a Ileana Almeida. Línea de Fuego*. Quito: La Línea de Fuego. Pensamiento crítico. Disponível em: <<https://lalineadefuego.info/el-estado-plurinacional-en-ecuador-o-la-esperanza-de-supervivencia-de-los-pueblos-indigenas-entrevista-a-ileana-almeida/>>. , 2016

ALTMANN, Philip; WALDMÜLLER, Johannes M. *Territorialidades otras: visiones alternativas de la tierra y del territorio desde Ecuador*. 1. ed. [S.l.: s.n.], [S.d.].

ALTMANN, Philipp. El Sumak Kawsay en el Discurso del Movimiento Indígena Ecuatoriano. *Indiana* 30, v. 30, p. 283–299, 2013. Disponível em: <https://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Indiana/Indiana_30/IND_30_2013_283-299_Altmann.pdf>.

ALTMANN, Philipp. Una breve historia de las organizaciones del Movimiento Indígena del Ecuador. *Antropología Cuadernos de investigación*, n. 12, 10 jul. 2017.

BELING, Adrián E; VANHULST, Julien. APORTES PARA UNA GENEALOGÍA GLOCAL DEL BUEN VIVIR. *El Buen Vivir como paradigma societal alternativo*, v. 23, p. 12–17, 2016.

CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia. Genealogía inmediata de los discursos del buen vivir en Ecuador (1992-2016). *América Latina Hoy*, v. 74, p. 125–144, 2016.

CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia; HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis. Deconstrucción y genealogía del “buen vivir” latinoamericano. El (trino) “buen vivir” y sus diversos manantiales intelectuales. *International Development Policy | Revue internationale de politique de*

développement, v. 9, p. 1–10, 2017.

CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia; HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis. El sumak kawsay genuino como fenómeno social amazónico ecuatoriano. *OBETS. Revista de Ciencias Sociales*, v. 10, n. 2, p. 301–333, 2015.

CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia; HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis; DOMÍNGUEZ-GÓMEZ, José Andres. El pensamiento sobre el Buen Vivir. Entre el indigenismo, el socialismo y el posdesarrollismo. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, v. 60, p. 27–58, 2014.

CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia; HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis; GARCÍA-ÁLVAREZ, Santiago. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo para América Latina. *Revista iberoamericana de estudios de desarrollo / Iberoamerican journal of development studies*, v. 5, n. 2, p. 30–57, 2016.

ECUADOR. *Constitución del Ecuador (2008). Asamblea Constituyente*. Ecuador: [s.n.], 2008

GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: Germinando alternativa desarrollo. *América Latina en movimiento (ALAI)*, n. 462, p. 1–20, 2011.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina - Universidade de São Paulo*, p. 6774–6792, 2005.

HAESBAERT, Rogerio. *El mito de la desterritorialización*. Buenos Aires: Grupo editorial siglo XXI, 2011

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

HARNECKER, Marta; FUENTES, Federico. *Ecuador: una nueva izquierda en busca de la vida en plenitud*. 1. ed. Quito: Intervención Cultural, 2011.

HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis et al. *Antología del Pensamiento Indigenista Ecuatoriano sobre Sumak Kawsay Sumak Kawsay Yuyay*. 1. ed. Huelva: Fortalecimiento institucional de la Universidad de Cuenca en materia de movilidad humana y buen vivir (FIUCUHU), 2014.

HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis; CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia. Seis debates abiertos sobre el sumak kawsay. *Iconos. Revista de Ciencias Sociales*, v. 48, p. 25–40, 2014.

LE QUANG, Mattieu; VERCOUTÈRE, Tamia. *Ecosocialismo y buen vivir*. 1. ed. Quito. Ecuador: IAEN Editorial, 2013.

LINERA, Alvaro García. *SOCIALISMO COMUNITARIO, Un Horizonte de Época*. 2. ed. Bolivia: Vice Presidencia del Estado. Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional Bolivia, 2015.

ORTIZ, Santiago. El contexto político de la Asamblea Constituyente en Ecuador. *Instituto de investigación y debate sobre la gobernanza*, p. 1–7, 2008.

PACARI, Nina. Las culturas nacionales en el Estado multinacional ecuatoriano. *Cultura. Revista del Banco Central del Ecuador*, v. VI Número, p. 113–123, 1984. Disponible em: <<https://issuu.com/docspuce/docs/cuaderno-de-investigacion-antropologia-3/138>>.

PLAN V. *Sumak Kawsay, la palabra usurpada*. Disponible em: <<https://www.planv.com.ec/historias/sociedad/sumak-kawsay-la-palabra-usurpada>>.

RECASENS, Andreu Viola. Discursos “pachamamistas” versus políticas desarrollistas: el debate sobre el sumak kawsay en los Andes. *Íconos - Revista de Ciencias Sociales*, v. 0, n. 48, p. 55–72, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 19, n. 1, p. 5, 2012.

SENPLADES, SECRETARÍA NACIONAL DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO. *Los nuevos retos de América Latina. Socialismo y Sumak Kawsay*. 1. ed. Quito. Ecuador: Secretaria Nacional

de Planificación y Desarrollo, 2010.

SENPLADES, SECRETARÍA NACIONAL DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO. *Plan Nacional de Desarrollo / Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017*. . Quito: [s.n.], 2013.

SENPLADES, SECRETARÍA NACIONAL DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO. *Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013: Construyendo un Estado Plurinacional e Intercultural. Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013: Construyendo un Estado Plurinacional e Intercultural*. Quito: [s.n.], 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes De. *Mudar a cidade. Uma introdução à crítica do planejamento e à gestão urbanos*. 6ª ed. Rio de Janeiro - Brasil: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes De. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, INÁ ELIAS DE; GOMES, PAULO CESAR DA COSTA; CORRÊA, ROBERTO LOBATO (Org.). . *Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 352.

SVAMPA, MAristella. *Las fronteras del neoextractivismo en AMERICA LATina*. [S.l: s.n.], 2012. v. 66.

VANHULST, Julien. El laberinto de los discursos del Buen vivir : entre Sumak Kawsay y Socialismo del siglo XXI. *Polis, Revista Latinoamericana*, v. 14, n. 40, p. 233–261, 2015.

VITERI, Alfredo. Tierra y territorio como derechos. *Revista Pueblos*, p. 10–12, 2004. Disponível em: <<http://rebellion.org/noticia.php?id=8577>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

¹ Existem posturas contrárias à essa associação direta que consideram o Bem Viver uma “tradição inventada” construída a partir de uma versão idealizada da cosmovisão e dos valores culturais andinos (RECASENS, 2014, p. 64). Outros autores o classificam como um “fenômeno social” (Cubillo-Guevara, Hidalgo-Capitán, 2015, p. 305)

² Assembleia convocada pelo presidente Rafael Correa, eleito em 2007, para a redação do novo texto constitucional para o Equador em substituição à Constituição de 1998. As sessões iniciadas no dia 29 de novembro de 2007 e encerradas oficialmente no dia 25 de outubro de 2008, foram realizadas no complexo chamado Cidade Alfaro, na cidade de Montecristi, província de Manabí.

³ Em 1926 foram fundados os sindicatos: El Inca em Pesillo; Tierra Libre em Moyurco; Pan y Tierra em La Chimba e um sindicato em Juan Montalvo, todos na região andina (Harnecker, Fuentes, 2011).

⁴ Entre as lideranças indígenas se destacam Dolores Cacuango, Jesús Gualavisí e Transito Amaguaña

⁵ Intelectual peruano responsável por combinar a teoria marxista com as questões étnicas-territoriais no início do século XX.

⁶ Leonidas Proaño era um bispo católico equatoriano reconhecido pelo seu trabalho com as comunidades indígenas da província de Chimborazo.

⁷ No trabalho de Lechón percebe-se a relação entre a luta pela terra e pela educação intercultural. Neste caso, a acesso à educação bilíngue era considerado uma forma de libertar-se da exploração e manter a cultura viva.

⁸ O conceito reintroduzido pelos antropólogos Ileana Almeida e Yuri Zubritsky no contexto do Instituto Otavaleño de Antropologia (ALMEIDA, 2016).

⁹ Tradução elaborada pela autora.

¹⁰ Tradução elaborada pela autora.

¹¹ Tradução elaborada pela autora